



Revista AMazônica, LAPESAM/GMPEPPE/UFAM/CNPq
ISSN 1983-3415 (versão impressa) - eISSN 2558 – 1441 (Versão digital)

Vol XIII, número 1, jan-jun, 2021, pág. 512-526.

O TRABALHO DE PSICOPEDAGOGIA DESENVOLVIDO NUMA INSTITUIÇÃO VINCULADA À CIÊNCIA JURÍDICA: UM RELATO DE EXPERIÊNCIA

Janaína Bueno Bady

Resumo: O presente artigo busca ressaltar a importância da atuação do profissional da área de Psicopedagogia dentro de uma instituição, baseando-se num relato de experiência de estágio desenvolvido em um Núcleo de Práticas Jurídicas pertencente a um Centro Universitário. Pretendemos, assim, descrever o que é Psicopedagogia Institucional, seus objetivos, bem como os instrumentos e as formas de intervenção realizadas pelo Psicopedagogo na instituição. Descrevemos as possibilidades de atuação do(a) Psicopedagogo(a) numa Organização Jurídica, onde alunos estagiários supervisionados pelos professores prestam atendimento à população carente, expondo, a partir dos dados obtidos e das análises realizadas, todo o processo de investigação diagnóstica até a intervenção. Deste modo, percebemos o quão necessário é conhecer bem uma instituição e compreender de forma global todos os sujeitos que dela participam, a fim de trabalhar com suas aprendizagens, possibilitando a transformação dos indivíduos, dos grupos e da Organização.

Palavras-chave: Psicopedagogia Institucional, Aprendizagens, Direito, Grupos, Organização, Transformação.

The psychopedagogical work developed in an institution is linked to legal science: an experience report

Abstract: This article seeks to highlight the importance of the professional practice in the area of Psychopedagogy within an institution, based on a report of training experience developed into a Center for Legal Practice which is part of a University Center. We intend, therefore, to describe what is Psychopedagogy Institutional, what are your goals and the instruments and forms of intervention conducted by psychopedagogists within the institution. We have described what are the possibilities of a psychopedagogists work within a Legal Organization, in which trainee students supervised by teachers provide assistance to the needy population, exposing, based on the data and the analyzes, the entire process of diagnostic investigation until the intervention. In this way, we have realized how necessary it is to know an institution, as well as a comprehensive understanding of all subjects who participate in it, in order to work with their learning, enabling the transformation of individuals, groups and organization.

Keywords: Institutional Psychopedagogy, Learning, Law, Groups, Organization Transformation.



Revista AMAzônica, LAPESAM/GMPEPPE/UFAM/CNPq

ISSN 1983-3415 (versão impressa) - eISSN 2558 – 1441 (Versão digital)

Introdução

Psicopedagogia Institucional é a área de atuação do psicopedagogo dentro de uma organização (pública, privada...) visando atender as queixas e demandas da instituição. Para tanto, “analisa a dinâmica institucional, detectando os possíveis problemas e intervindo para que a instituição se reestruture” (PORTO, 2011, p. 109).

O psicopedagogo procura, primeiramente, resgatar a identidade da Instituição (missão, visão, valores, história) por meio de observações, entrevistas, aplicação de questionários e outros instrumentos e métodos para que possa intervir, preferencialmente, no sentido profilático, podendo fazer uso de jogos, dinâmicas, conversas, promovendo reflexões e diálogo entre todos os setores da empresa, com a permissão inicial e imediata da alta chefia para que não haja empecilhos no decorrer dos trabalhos. Lopes (2008, p. 62) indica-nos que a versão do contratante nem sempre é a que vai permanecer após o diagnóstico, até porque a visão do psicopedagogo vinculado a ele tem de ser distanciado.

O psicopedagogo institucional deve voltar-se ao todo da instituição, possibilitando que os interesses dos colaboradores integrem-se aos interesses da organização, direcionando seu empenho, às aprendizagens do capital humano, que torna a instituição algo vivo e ativo, e da própria organização, levando-a a perceber suas dificuldades internas e externas e a fazer uso de seus pontos fortes para que possa crescer como instituição e enfrentar seus problemas, atingindo suas metas. A atuação deste profissional auxilia o resgate da identidade da instituição, mediando e resgatando o processo de educação institucional (PORTO, 2011, p. 9).

A Psicopedagogia Institucional é área especializada na aprendizagem humana, que trabalha, sobretudo, preventivamente, diante da aprendizagem institucional e de seus problemas. Bossa (2007, p. 13) define três níveis de prevenção: primeiro nível – onde o psicopedagogo atua, com vistas a prevenir



Revista AMAzônica, LAPESAM/GMPEPPE/UFAM/CNPq

ISSN 1983-3415 (versão impressa) - eISSN 2558 – 1441 (Versão digital)

problemas institucionais, voltando seu trabalho a questões metodológicas adotadas pela instituição, analisando-as e tornando-as visíveis à direção maior. Segundo nível – o psicopedagogo atua para diminuir os problemas institucionais já instalados. Terceiro nível – o psicopedagogo atua para eliminar os problemas institucionais já instalados, planejando e interferindo na instituição. O caráter preventivo permanece, pois ao eliminar um problema, está prevenindo o aparecimento de outros.

O psicopedagogo institucional também atua na área de Recursos Humanos, estimulando funcionários, envolvendo-se com projetos que visem seu bem-estar e suas satisfações pessoais para que possam, inclusive, apresentarem melhores rendimentos profissionais que beneficiem a organização.

Deste modo, o presente artigo justifica-se pelo fato de apresentar, por meio de um relato de experiência e de discussão com a literatura, o que é Psicopedagogia Institucional e seus objetivos, bem como a abordagem das competências do profissional desta área, indicando passo a passo seus modos de atuação.

Apresentaremos a experiência de estágio realizada no Núcleo de Práticas Jurídicas de um centro universitário, apresentando uma atuação específica desenvolvida com alunos do curso de Direito que estagiavam nesta instituição, demonstrando a metodologia de trabalho da Psicopedagogia Institucional, desde a escuta da queixa institucional, mapeamento organizacional, instrumentos de investigação utilizados, análises de resultados, diagnóstico institucional, informe psicopedagógico, plano de intervenção, até a intervenção psicopedagógica propriamente dita.

Acreditamos que este relato de experiências e as obras em que este estudo se embasou trarão contribuições relevantes para a compreensão das instituições, dos grupos, das dinâmicas de relações desses grupos e do sujeito enquanto ser individual e social.



Revista AMazônica, LAPESAM/GMPEPPE/UFAM/CNPq

ISSN 1983-3415 (versão impressa) - eISSN 2558 – 1441 (Versão digital)

Através deste estudo, pretendemos descrever a importância da atuação da Psicopedagogia junto ao grupo de estagiários e de professores que conseguiu perceber as causas das dificuldades organizacionais apresentadas e trabalhar juntos, com a mediação do psicopedagogo, visando transformar a situação até então apresentada.

Desta forma, elucidamos a trajetória do trabalho desenvolvido com esse núcleo e discutimos com autores que possuíam ideias afins, visando resgatar a identidade da instituição e dos indivíduos inseridos nela, favorecendo o crescimento de todos, por meio do trabalho desenvolvido com as aprendizagens dos sujeitos da organização, propiciando, assim, a compreensão da cultura, da história, da identidade, do local e das pessoas envolvidas no processo, possibilitando a integração e o crescimento dentro da instituição.

Metodologia

Este estudo foi delineado com base em pesquisa qualitativa, partindo de uma problematização do real, com a finalidade de interpretar e compreender as nuances da questão estudada, de forma flexível e abrangente. Assim, ao utilizarmos tal abordagem, apresentamos este relato de experiência, considerando que todos os indivíduos, grupos e instituições, são únicos, possuindo funcionamentos peculiares, culturas e experiências próprias.

Para tanto, foi realizada uma coleta de dados por meio de observações, entrevistas e conversas com a equipe diretiva de professores responsáveis pelo local, estudantes estagiários e clientes.

No núcleo de práticas jurídicas deste centro superior de ensino, alguns professores responsáveis pelos estágios apresentaram como queixa a desistência de clientes que já haviam ingressado com processos judiciais no decorrer dos trâmites jurídicos. A partir destes relatos, através de observação do trabalho de professores e estudantes no local, da escuta de suas falas, e das



Revista AMazônica, LAPESAM/GMPEPPE/UFAM/CNPq

ISSN 1983-3415 (versão impressa) - eISSN 2558 – 1441 (Versão digital)

falas de clientes, da coleta de dados da instituição, realizamos um estudo aprofundado dos dados obtidos, confrontando-os com os aportes teóricos que tratam da temática abordada.

Deste modo destacamos que, o presente artigo se trata de um relato de experiência, trazendo perspectivas relevantes às pesquisas já realizadas dentro do contexto da Psicopedagogia Institucional.

Neste artigo, buscamos analisar e compreender a experiência da Psicopedagogia Institucional junto a um núcleo de advogados, avançando da ação centrada nas dificuldades individuais, para uma ação coletiva. Para tanto, foram utilizados instrumentos diagnósticos específicos. Primeiramente, procuramos dar sentido aos dados obtidos, a fim de compreender a temática estudada. Em segundo lugar, separamos os aspectos mais relevantes ao tema e, por fim, procuramos uma recontextualização dos dados com o referencial teórico escolhido para tal abordagem, descrevendo a importância da atuação do psicopedagogo dentro de uma instituição, mais especificamente, de uma instituição de ciências jurídicas.

Como procedimento ético, esta pesquisa valeu-se do termo de Consentimento Livre e Esclarecido, através do qual tratou das questões de contrato e sigilo, e garantiu a não-publicação do nome da instituição e dos profissionais nela inseridos. Ademais, cumprimos as “Resoluções Éticas Brasileiras”, em especial a “Resolução CNS 510/16” (BRASIL, 2016), visando valorizar o respeito à dignidade humana e garantir proteção aos participantes da pesquisa.

Relato de experiência

Realizei meu Estágio Institucional Supervisionado no Núcleo de Práticas Jurídicas (NPJ) de uma instituição de Ensino Superior durante o segundo semestre de 2012.



Revista AMAzônica, LAPESAM/GMPEPPE/UFAM/CNPq

ISSN 1983-3415 (versão impressa) - eISSN 2558 – 1441 (Versão digital)

Os acadêmicos do curso de Ciências Jurídicas dessa Instituição realizam os estudos curriculares neste núcleo prestando atendimento jurídico à população carente da comarca do Município, sendo supervisionados pelos professores.

Os atendimentos jurídicos realizados no NPJ envolvem orientação jurídica, propositura de ações judiciais, acompanhamento de processos em tramitação, atendimento de clientes, participação em audiências judiciais, serviços cartorários, entre outros.

As áreas de atuação do NPJ são Direito Civil, Direito de Família e Direito das Sucessões. As principais ações movidas são: de separação, divórcio, dissolução de união estável, execução de alimentos e interdição.

O período inicial de trabalho dirigiu-se ao processo de investigação da Instituição e de sua modalidade de aprendizagem. Durante este momento, ouvi a queixa institucional dos professores responsáveis pelo trabalho no núcleo, o qual dizia respeito ao grande número de desistência de clientes no decorrer dos trâmites jurídicos, desperdiçando, assim, recursos humanos, materiais e tempo. A partir de tal demanda, realizei coleta de dados para verificar a identidade da Instituição, por meio de um mapeamento, observando os estagiários de Direito do núcleo durante a realização dos seus atendimentos, tanto na triagem, onde as pessoas eram ouvidas e os atendimentos eram agendados, até a abertura de processos e movimentação de ações.

Também realizei análise documental, averiguando documentos oficiais internos, contendo a história, a missão, a visão e os valores do núcleo, para perceber como estes funcionavam na prática da Instituição. Conversei com os estagiários do curso, com alguns professores e clientes.

Após a análise de resultados, constatei que muitos estagiários de Direito possuíam dificuldades na acolhida inicial das pessoas que buscavam os serviços do local, não conseguindo realizar uma escuta capaz de perceber todos os intrincamentos de determinadas questões e situações apresentadas. Isto



Revista AMAzônica, LAPESAM/GMPEPPE/UFAM/CNPq

ISSN 1983-3415 (versão impressa) - eISSN 2558 – 1441 (Versão digital)

acabava por dificultar os devidos encaminhamentos que, muitas vezes, não deveriam ser jurídicos, mas, psicológicos, assistenciais, conciliatórios.

Em função disso, levantei como hipóteses acerca da desistência de clientes no decorrer dos processos já tramitantes, a ausência de um acolhimento especializado capaz de esclarecer os cidadãos em relação aos serviços prestados ali, a ausência de contatos dos futuros advogados com os clientes, no decorrer dos trâmites jurídicos e a falta de percepção de alguns estagiários ainda inexperientes em relação às reais demandas de clientes à procura destes serviços que, conforme dito, nem sempre careciam de encaminhamentos judiciais.

Desta forma, apresentei, em uma sessão de devolução a um dos professores do curso, o estudo realizado sob a forma de relato escrito, expondo meu trabalho como estagiária de Psicopedagogia Institucional partindo da queixa da Instituição, dos métodos utilizados, até as conclusões obtidas, apresentando, inclusive, um plano de intervenção.

Como proposta de intervenção, minha previsão de ações foi realizar semanalmente um encontro com os estagiários de Direito, e com os (ou um destes) professores responsáveis para trabalharmos juntos com estas dificuldades da Instituição, refletindo acerca da identificação objetiva do problema a ser resolvido e suas principais causas. Trabalhando assim, como mediadora, conduzindo-os a pensar sobre o problema, estabelecendo em conjunto estratégias de ações para saná-lo ou reduzi-lo.

O professor que recebeu a devolutiva ficou satisfeito com os procedimentos realizados até aquele momento, e autorizou-me a iniciar esta proposta. Inicialmente, houve resistência natural por parte de alguns estagiários mas, no decorrer dos nossos encontros, os participantes perceberam a importância deste trabalho e da visão sistêmica que procurei apresentar-lhes.

Devido ao curto período de estágio, não foi possível avaliar os resultados a longo prazo mas, certamente, consegui plantar uma semente naquela Instituição, demonstrando a importância de enxergar a pessoa em sua



Revista AMazônica, LAPESAM/GMPEPPE/UFAM/CNPq

ISSN 1983-3415 (versão impressa) - eISSN 2558 – 1441 (Versão digital)

totalidade e a eficácia de um trabalho globalizado e integrado que propicia uma práxis mais consciente, que vai ao encontro das reais necessidades dos agentes envolvidos no processo.

Discussão

Conforme Olívia Porto (2011, p.9), o psicopedagogo institucional é um especialista na aprendizagem humana, trabalhando preventivamente diante da aprendizagem institucional e de seus problemas, auxiliando o resgate da identidade da instituição, mediando o processo de educação institucional.

Nesse enfoque, o papel do psicopedagogo recai sobre a detecção de possíveis problemas no processo de aprendizagem institucional e da gestão do conhecimento, objetivando favorecer processos de integração e trocas, realizando orientações metodológicas, considerando as características da instituição. Também pode orientar projetos de trabalho com relação às variáveis institucionais psicossociais e/ou de gestão, referentes à estrutura social, administrativa ou outras da instituição.

Em minha prática institucional específica procurei, sobretudo, compreender a Instituição, buscando prevenir a desistência de mais processos jurídicos em tramitação, à medida que percebi os problemas de aprendizagem dos estagiários do curso de Direito e da organização observada, referentes à dificuldade de escuta, de lidar com o outro em sua integralidade. Ressaltando que o curso de Direito não possui disciplinas voltadas ao estudo da psiquê humana, por exemplo. Analisei, planejei minha ação e intervim na aprendizagem organizacional e individual dos estudantes, através de encontros movidos pela reflexão, mediação e diálogo onde buscávamos conhecer melhor aquela dada Instituição onde atuávamos, percebendo seus pontos fracos e fortes e as nossas próprias dificuldades que acabavam por limitar e até prejudicar o trabalho organizacional. A partir das análises e estudos realizados com o grupo, a Instituição pôde se rever e se reestruturar em seu aspecto afetado. Os



Revista AMazônica, LAPESAM/GMPEPPE/UFAM/CNPq

ISSN 1983-3415 (versão impressa) - eISSN 2558 – 1441 (Versão digital)

estagiários e alguns professores envolvidos conseguiram resgatar uma visão mais totalizante de sujeito, não enxergando-o apenas como cliente, pudemos juntos perceber quais eram as suas defasagens e os problemas decorrentes desse processo, pensamos também em como poderia ser o currículo do curso para que os estudantes saíssem mais preparados para lidar com pessoas reais. Acredito que meu papel nesta Instituição também foi propiciar um novo espaço de relação com a aprendizagem.

Marcia Alvim Cadinha (2008, p. 44) diz ser fundamental a relação interpessoal que estabelecemos com os outros, pois não basta para o mercado de trabalho possuir conhecimentos técnico-formais e habilidades profissionais, é necessário agregar-se a essas qualidades, atitudes intrapessoais e interpessoais. Este também foi meu foco de trabalho, como psicopedagoga institucional procurei desenvolver qualidades sociais e humanas nas pessoas em serviço, percebi aquele local como um espaço real de aprendizagem permanente, de crescimento pessoal e profissional, de realização das capacidades humanas, buscando construir coletivamente uma cultura de valorização das relações e do incentivo ao desenvolvimento das possibilidades dos sujeitos envolvidos na instituição.

Amélia Ribeiro (2005, p. 56) diz que o autoconhecimento é essencial para um bom desempenho no trabalho. Para tal, ressalta a importância do mediador trabalhar a comunicação entre as pessoas; a percepção da importância de seu papel no grupo e do papel do outro; o incentivo à autonomia, à resolução de problemas e tomada de decisões; o estabelecimento de normas explícitas de funcionamento do grupo, negociadas, compartilhadas e construídas com a participação de todos; o estímulo à cooperação interpessoal. Eis aqui novamente a função da Psicopedagogia Institucional: auxiliar a instituição a desenvolver uma modalidade de aprendizagem capaz de criar em seus colaboradores a percepção da necessidade de busca pelo conhecimento.

A ação da Psicopedagogia Institucional busca resgatar a identidade da Instituição com o conhecimento e com as possibilidades de aprendizagens.



Revista AMazônica, LAPESAM/GMPEPPE/UFAM/CNPq

ISSN 1983-3415 (versão impressa) - eISSN 2558 – 1441 (Versão digital)

Refletir sobre o individual e o coletivo traz a possibilidade da tomada de consciência e da inovação por meio da criação de novos espaços de relação com o aprender (ESCOTT, 2004, p. 36).

Conforme Gasparian (1997, p. 53), a Psicopedagogia Institucional deverá identificar, analisar e elaborar uma metodologia diagnóstica e interventiva para sanar as dificuldades de ensino-aprendizagem nos níveis administrativo, docente, técnico, etc.

Deste modo, trabalhei com parte do grupo de professores de Direito e dos alunos, propiciando momentos de reflexão e o estímulo à ação, detectando eventuais fraturas no processo de ensinar e aprender, visto que os alunos, no decorrer das reuniões, perceberam suas limitações acerca de um olhar sistêmico em relação às pessoas, alegando, por vezes, não terem tido disciplinas que lhes dessem suporte para tal compreensão. Entretanto, agindo e interagindo com o grupo, foi possível resgatar as aprendizagens individuais em relação a aspectos institucionais.

Somente através de um projeto comum e do desejo de todos os participantes articulou-se teoria/prática e foi possível desenvolver a capacidade de avaliar os componentes psicológicos, motivacionais, autoconceituais, que motivam os sujeitos a certas atitudes, auxiliando assim os profissionais em questão a realizarem adequados encaminhamentos, observando o contexto do sujeito que se apresenta para, então, avaliar suas necessidades e assisti-lo, se possível.

Maria Ferreira (2007, p. 141), afirma que, praticamente, em todas as instituições de Ensino Superior brasileiras há uma organização institucional fragmentada e desarticulada, na qual os currículos dos cursos são estruturados por disciplinas estanques e não integradas, apesar do uso de termos como interdisciplinaridade e transdisciplinaridade estarem se tornando cada vez mais comuns no meio acadêmico.

Por meio da prática de estágio, no NPJ, foi possível perceber, dentre outras questões, a necessidade de repensar o currículo do curso de Direito, a



Revista AMAzônica, LAPESAM/GMPEPPE/UFAM/CNPq

ISSN 1983-3415 (versão impressa) - eISSN 2558 – 1441 (Versão digital)

fim de propiciar aos estudantes, não só conhecimentos teóricos relativos a esta área, mas também disciplinas que possibilitem um maior conhecimento em relação ao ser humano em sua faceta psicoemocional, para que os futuros advogados sintam-se preparados para compreender e atuar com as diferentes singularidades.

O currículo acadêmico também é determinante para que o aluno efetue uma aprendizagem significativa e para que adquira estratégias que lhe permitam aprender de forma mais autônoma; é considerado como algo inacabado em permanente revisão e atualização (MONEREO; SOLÉ, 2000, p. 16).

Durante a experiência no NPJ, percebi junto ao grupo a necessidade de repensar o currículo do curso apontado, que apesar de ser bem avaliado pelo MEC e até pelos estudantes, apresentava lacunas em determinados aspectos já referidos.

Atuando com estagiários e com professores deste curso foi possível vincular diretamente currículo e prática e, assim, perceber o quão preparados os alunos estavam em muitos quesitos e o quanto ainda teriam que buscar em sua formação pessoal durante suas vidas, visto que aprender é um processo contínuo e intermitente.

Em suma, o psicopedagogo, na empresa, é peça fundamental para tentar diminuir essas lacunas, organizando situações propícias à reflexão, à participação, ao encontro de pessoas, mediando, orientando, olhando para o todo e para as partes, realizando um trabalho de desenvolvimento de relações no trabalho, com o trabalho e de saberes no trabalho, sem deixar de lado os aspectos afetivos e sociais envolvidos em tal processo. Identificando, também, áreas de competência e limitações, visando entender as origens das dificuldades de aprendizagem, o que trará benefícios à empresa e ao funcionário (COSTA, 2011).



Revista AMAzônica, LAPESAM/GMPEPPE/UFAM/CNPq

ISSN 1983-3415 (versão impressa) - eISSN 2558 – 1441 (Versão digital)

Considerações finais

O profissional da Psicopedagogia voltado ao ramo Institucional deve, primeiramente, é o que percebemos conforme as observações neste trabalho feitas, ouvir as queixas da pessoa que solicitou seus serviços. Após, precisa deixar claro ao responsável pela empresa e aos demais envolvidos, o tipo de trabalho que irá realizar, apontando o primeiro passo, fase diagnóstica, momento em que irá analisar, escutar a chefia, os profissionais de todos os departamentos, aplicando, se necessário, instrumentos adequados às demandas apresentadas.

Nesse período diagnóstico, o psicopedagogo deve procurar conhecer ao máximo a instituição, pesquisando documentos, ouvindo pessoas mais antigas no local, buscando referências sobre a organização. Precisa estar atento à identidade da Instituição, analisando se o que está no papel é coerente com a prática estabelecida. O psicopedagogo necessita olhar para a cultura do lugar, ver como se dá a acolhida de quem chega, como as pessoas interagem entre si, e com a proposta da empresa. O profissional deve registrar, de forma organizada e orientada, todos os passos estabelecidos e alcançados ao longo do processo diagnóstico para que possa fazer a devolutiva à pessoa que o requisitou. Nessa sessão devolutiva, deve apontar os aspectos prejudiciais à empresa que foram observados e ressaltar aspectos positivos, já apresentando sua proposta de intervenção. A intervenção será realizada de acordo com as necessidades apresentadas, partindo da queixa e das demandas feitas. Para tal, pode-se fazer uso de diferentes dinâmicas, jogos, formações, seminários, diálogos, sempre adequando-se a Instituição e ao público alvo, sem perder de vista o objetivo do trabalho e o que está sendo esperado.

Por fim, ressaltamos que o campo da atuação da Psicopedagogia é a aprendizagem, e sua intervenção é preventiva e curativa, pois se dispõe a detectar problemas de aprendizagem e “resolvê-los”, além de preveni-los, evitando que outros surjam. Tentando sanar as dificuldades de aprendizagens



Revista AMazônica, LAPESAM/GMPEPPE/UFAM/CNPq

ISSN 1983-3415 (versão impressa) - eISSN 2558 – 1441 (Versão digital)

dos sujeitos, dos grupos, das instituições, a Psicopedagogia contribui também para a percepção global dos indivíduos de suas dinâmicas e relações, possibilitando, assim, uma ação transformadora.

Passamos a entender que o sucesso empresarial depende do sucesso pessoal de seus funcionários e do bom atendimento e compreensão das pessoas que solicitam e fazem uso da prestação de serviços da instituição não vendo-as apenas como simples consumidores, clientes, mas como indivíduos singulares, motivados por diferentes circunstâncias e detentores de histórias e experiências únicas. Trabalhar com uma formação continuada e de qualidade com os colaboradores da empresa, propicia a capacitação de profissionais conscientes, a respeito da organização onde estão inseridos, incentivados e apoiados a se relacionarem com os demais, com os processos de produção e trabalho da organização, autorizando-os a avaliar criticamente seu próprio fazer e ousando romper com práticas mecânicas e tecnicistas.

Enfim, a Psicopedagogia Institucional possibilita às Instituições e às pessoas nelas envolvidas a avançarem para um fazer crítico que, sobretudo, entende e respeita o sujeito da aprendizagem numa perspectiva integrada e interdisciplinar, contribuindo para a compreensão dos processos de ensinar e aprender que são vivenciados em todos os âmbitos e momentos de nossas vidas, auxiliando na busca da causa do não-aprender e possibilitando uma intervenção qualificada no resgate do sujeito para a aprendizagem.

Referências

BOSSA, Nádía. **A Psicopedagogia no Brasil**: contribuições a partir da prática. 3 ed. Porto Alegre: Artmed, 2007.

BRASIL. Ministério da Saúde. Conselho Nacional de Saúde. Resolução nº 510, de 07 de abril de 2016. Dispõe sobre as normas aplicáveis a pesquisas em Ciências Humanas e Sociais. **Diário Oficial da União**, Brasília, DF, 24 mai.



Revista AMazônica, LAPESAM/GMPEPPE/UFAM/CNPq

ISSN 1983-3415 (versão impressa) - eISSN 2558 – 1441 (Versão digital)

2016. Seção 1, p. 44-46. Disponível em: <http://bit.ly/2fmmKeD>. Acesso em: 01 set. 2020.

COSTA, Marília M. **Psicopedagogia Empresarial**. 5. ed. Rio de Janeiro, Wak, 2011.

ESCOTT, Clarice Monteiro. **Interfaces entre a Psicopedagogia Clínica e Institucional: um olhar e uma escuta na ação preventiva das dificuldades de Aprendizagem**. Novo Hamburgo, RS: Centro Universitário Feevale, 2004.

FERREIRA, Maria Elisa de Mattos Pires. O aprender na universidade brasileira hoje: uma reflexão necessária. In: SOUZA NETO, João Clemente de ; ANDRADE, Márcia Siqueira de (Org.). **Análise Institucional: diferentes perspectivas da aprendizagem**. São Paulo: Expressão & Arte, 2007. p. 141-156.

GASPARIAN, Maria Cecília Castro. **Psicopedagogia Institucional Sistêmica**. São Paulo: Lemos, 1997.

LOPES, Izolda; TRINDADE, Ana Beatriz; CADINHA, Marcia Alvim. **Pedagogia empresarial: formas e contextos de atuação**. 2 ed. Rio de Janeiro: Wak, 2008.

MONEREO I FONT, Carles; Solé, Isabel. **O assessoramento psicopedagógico: uma perspectiva profissional e construtivista**. Porto Alegre: Artmed, 2000.

PORTO, Olívia. **Psicopedagogia Institucional: Teoria, Prática e Assessoramento**. 4. ed. Rio de Janeiro, Wak, 2011.



Revista AMazônica, LAPESAM/GMPEPPE/UFAM/CNPq

ISSN 1983-3415 (versão impressa) - eISSN 2558 – 1441 (Versão digital)

RIBEIRO, Amélia Escotto do Amaral. **Pedagogia Empresarial: atuação do pedagogo na empresa.** 5 ed. Rio de Janeiro: Wak, 2008.

Recebido: 3/9/2020

Aceito: 19/11/2020.

Autora:

Janaína Bueno Bady, Universidade La Salle (Canoas – RS).

E-mail: jana.aletheia@gmail.com